

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	102
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.719.588
Preferenciais	346.664.408
Total	544.383.996
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.468
Preferenciais	8.295.088
Total	8.321.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	6.560.141	6.539.581
1.01	Ativo Circulante	323.263	563.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	253.345	407.704
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.241	12.758
1.01.03	Contas a Receber	27.251	73.593
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	27.251	73.593
1.01.03.02.01	Dividendos	26.000	72.787
1.01.03.02.02	Demais contas a receber	1.251	806
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.426	69.897
1.02	Ativo Não Circulante	6.236.878	5.975.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	833.482	790.299
1.02.01.06	Tributos Diferidos	217	185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	217	185
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	783.926	780.869
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	49.339	9.245
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	49.107	9.013
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	232	232
1.02.02	Investimentos	5.157.233	4.939.167
1.02.02.01	Participações Societárias	5.157.233	4.939.167
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.157.233	4.939.167
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	6.560.141	6.539.581
2.01	Passivo Circulante	67.254	189.589
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128	110
2.01.02	Fornecedores	282	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	21	12
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.764	2.711
2.01.04.02	Debêntures	62.764	2.711
2.01.05	Outras Obrigações	4.059	186.646
2.01.05.02	Outros	4.059	186.646
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.845	186.432
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	214	214
2.02	Passivo Não Circulante	1.000.449	1.196.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	997.097	1.193.405
2.02.01.02	Debêntures	997.097	1.193.405
2.02.04	Provisões	3.352	3.257
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.352	3.257
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	3.352	3.257
2.03	Patrimônio Líquido	5.492.438	5.153.330
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	7.688	7.688
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.310	7.590
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.956	1.462.279
2.03.04.01	Reserva Legal	180.854	180.854
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	68.323
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.964	-119.964
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	405.805	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	734	-2.403
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-19.828	-18.597

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	210.654	399.305	188.673	315.702
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.976	-5.681	-1.763	-3.442
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.108	5.832	1.783	4.248
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	210.522	399.154	188.653	314.896
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	210.654	399.305	188.673	315.702
3.06	Resultado Financeiro	2.983	9.596	2.495	186
3.06.01	Receitas Financeiras	37.643	78.853	32.731	57.204
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.660	-69.257	-30.236	-57.018
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	213.637	408.901	191.168	315.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.053	-3.302	-843	-328
3.08.01	Corrente	-1.069	-3.334	-272	-276
3.08.02	Diferido	16	32	-571	-52
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	212.584	405.599	190.325	315.560
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	212.584	405.599	190.325	315.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,40000	0,76000	0,36000	0,59000
3.99.01.02	PN	0,40000	0,76000	0,36000	0,59000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	212.584	405.599	190.325	315.560
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-892	1.906	-2.467	-14.181
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	809	3.137	-1.806	225
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	-1.701	-1.231	-661	-14.406
4.03	Resultado Abrangente do Período	211.692	407.505	187.858	301.379

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	62.039	284.184
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73.813	307.033
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	405.599	315.560
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades controladas e coligadas	-399.154	-314.896
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	17.693	18.329
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-32	52
6.01.01.05	Dividendos recebidos de controladas	49.707	287.988
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.774	-22.849
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	28.471	6.555
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	-445	-815
6.01.02.03	Fornecedores (PC)	172	-9.810
6.01.02.04	Salários e encargos sociais (PC)	18	10
6.01.02.05	Obrigações tributárias (PC)	9	-1.392
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social (PC)	0	5
6.01.02.07	Demais contas a pagar (PC)	0	-632
6.01.02.08	Impostos a recuperar (RLP)	-40.094	-16.840
6.01.02.09	Depósitos judiciais (RLP)	0	-15
6.01.02.10	Provisão para contingências (ELP)	95	85
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	191.517	193.239
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	11.517	-56.761
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	-320.000	-200.000
6.02.05	Redução de Capital de Controladas	500.000	450.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-407.915	-114.666
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-208.038	0
6.03.03	Dividendos pagos	-250.910	-158.782
6.03.05	Sociedades relacionadas	51.033	44.116
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-154.359	362.757
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.704	58.926
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	253.345	421.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.04.08	Reversão dos dividendos adicionais do ano anterior	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	405.599	1.906	407.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	405.599	0	405.599
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.231	-1.231
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.231	-1.231
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	3.137	3.137
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.137	3.137
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-280	0	206	0	-74
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-280	0	280	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.966	1.513.920	405.805	-19.094	5.492.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-54.226	1.183.442	0	-9.377	4.816.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-54.226	1.183.442	0	-9.377	4.816.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-56.856	0	0	0	-56.856
5.04.08	Reversão dos dividendos adicionais ao ano anterior	0	-56.856	0	0	0	-56.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315.560	-14.181	301.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315.560	0	315.560
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.181	-14.181
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	225	225
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.406	-14.406
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-283	0	209	0	-74
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-283	0	283	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-111.365	1.183.442	315.769	-23.558	5.061.061

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	2.185	2.609
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.647	-1.639
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.832	4.248
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.185	2.609
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.185	2.609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	478.007	372.100
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	399.154	314.896
7.06.02	Receitas Financeiras	78.853	57.204
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	480.192	374.709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	480.192	374.709
7.08.01	Pessoal	1.714	1.484
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	255	-1.520
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.624	59.185
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	405.599	315.560

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	13.073.784	12.989.843
1.01	Ativo Circulante	6.294.319	6.457.487
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.350.924	2.642.418
1.01.02	Aplicações Financeiras	370.604	558.209
1.01.03	Contas a Receber	1.824.987	1.733.858
1.01.03.01	Clientes	1.811.043	1.715.709
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.944	18.149
1.01.04	Estoques	1.330.942	1.133.537
1.01.06	Tributos a Recuperar	368.222	354.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	48.640	35.148
1.02	Ativo Não Circulante	6.779.465	6.532.356
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.246.161	1.167.783
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	573	12.557
1.02.01.01.03	Resultado de Instrumento de Proteção Cambial e de Juros	573	12.557
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.193	7.193
1.02.01.03	Contas a Receber	109.088	97.362
1.02.01.03.01	Clientes	108.445	96.668
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	643	694
1.02.01.06	Tributos Diferidos	554.897	564.397
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	554.897	564.397
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	49.928	40.611
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.144	10.144
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	514.338	435.519
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	97.131	54.770
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	417.207	380.749
1.02.02	Investimentos	15.309	15.258
1.02.02.01	Participações Societárias	15.309	15.258
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	12.384	12.465
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.925	2.793
1.02.03	Imobilizado	4.124.014	4.003.704
1.02.04	Intangível	1.393.981	1.345.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	13.073.784	12.989.843
2.01	Passivo Circulante	2.726.529	2.517.929
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	211.731	228.215
2.01.02	Fornecedores	786.988	941.177
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	748.220	901.272
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	38.768	39.905
2.01.03	Obrigações Fiscais	229.469	234.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.388.563	820.484
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.323.210	813.516
2.01.04.02	Debêntures	62.764	2.711
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.589	4.257
2.01.05	Outras Obrigações	50.894	236.749
2.01.05.02	Outros	50.894	236.749
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.840	192.493
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	22.927	29.684
2.01.05.02.05	Receita Diferida	18.127	14.572
2.01.06	Provisões	58.884	56.601
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.364	39.626
2.01.06.01.05	Provisões para contingências	42.364	39.626
2.01.06.02	Outras Provisões	16.520	16.975
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.460	5.636
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	12.060	11.339
2.02	Passivo Não Circulante	4.829.385	5.296.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.038.401	4.575.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.980.963	3.380.856
2.02.01.02	Debêntures	1.014.979	1.193.405
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	42.459	1.288
2.02.02	Outras Obrigações	89.050	72.148
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.021	4.021
2.02.02.02	Outros	85.029	68.127
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	78.548	62.215
2.02.02.02.04	Receita diferida	6.481	5.912
2.02.03	Tributos Diferidos	30.471	26.712
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.471	26.712
2.02.04	Provisões	671.463	621.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	517.006	470.505
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	517.006	470.505
2.02.04.02	Outras Provisões	154.457	151.417
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	62.016	58.255
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-emprego	92.441	93.162
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.517.870	5.175.583
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	7.688	7.688
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.310	7.590
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.956	1.462.279
2.03.04.01	Reserva Legal	180.854	180.854

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	68.323
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.964	-119.964
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	405.805	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	734	-2.403
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-19.828	-18.597
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	25.432	22.253

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.187.491	22.993.565	10.382.586	20.315.978
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.335.275	-21.315.639	-9.573.198	-18.811.306
3.03	Resultado Bruto	852.216	1.677.926	809.388	1.504.672
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-488.484	-980.092	-474.075	-921.678
3.04.01	Despesas com Vendas	-314.705	-625.025	-287.345	-566.611
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-189.478	-382.212	-186.413	-362.267
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.520	21.101	2.014	9.112
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3.354	6.093	-2.168	-1.774
3.04.05.01	Resultado na venda de bens, líquido	3.354	6.093	-2.168	-1.774
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-175	-49	-163	-138
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	363.732	697.834	335.313	582.994
3.06	Resultado Financeiro	-70.130	-136.505	-65.758	-139.008
3.06.01	Receitas Financeiras	79.720	165.354	52.630	100.951
3.06.02	Despesas Financeiras	-149.850	-301.859	-118.388	-239.959
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	293.602	561.329	269.555	443.986
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.899	-152.444	-77.084	-128.663
3.08.01	Corrente	-62.981	-116.184	-40.253	-64.049
3.08.02	Diferido	-15.918	-36.260	-36.831	-64.614
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	214.703	408.885	192.471	315.323
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	214.703	408.885	192.471	315.323
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	212.584	405.599	191.188	317.233
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.119	3.286	1.283	-1.910
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,40000	0,76000	0,36000	0,59000
3.99.01.02	PN	0,40000	0,76000	0,36000	0,59000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	214.703	408.885	192.471	315.323
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-892	1.906	-2.467	-14.181
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	809	3.137	-1.806	225
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	-1.701	-1.231	-661	-14.406
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	213.811	410.791	190.004	301.142
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	211.692	407.505	188.721	303.052
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.119	3.286	1.283	-1.910

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	482.212	566.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	980.794	841.738
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	408.885	315.323
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades coligadas	49	138
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	278.220	261.257
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	4.805	4.669
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-1.235	-2.810
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	255.641	197.500
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.260	64.614
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-6.093	1.774
6.01.01.09	Outros	4.262	-727
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-498.582	-275.245
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	-95.334	-12.665
6.01.02.02	Estoques (AC)	-191.640	-41.820
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-13.905	9.655
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	4.205	17.118
6.01.02.05	Despesas do exercício seguinte (AC)	-13.492	-15.164
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-129.775	-204.473
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	-16.484	-9.299
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	-13.470	27.493
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	8.236	21.267
6.01.02.10	Demais contas a pagar (PC)	257	-19.990
6.01.02.11	Contas a receber (RLP)	-11.777	17.423
6.01.02.12	Impostos a recuperar (RLP)	-42.361	-24.950
6.01.02.13	Depósitos judiciais (RLP)	-36.458	-24.233
6.01.02.14	Demais contas a receber (RLP)	51	534
6.01.02.15	Despesas do exercício seguinte (RLP)	-9.317	5.655
6.01.02.16	Provisão para contingências (ELP)	46.501	-32.351
6.01.02.17	Demais contas a pagar (ELP)	16.181	10.555
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-260.676	-564.306
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	199.589	-133.145
6.02.02	Venda (Aquisição) de Investimento Líquido	-25.511	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-324.717	-328.608
6.02.05	Aumento no intangível	-148.730	-110.226
6.02.06	Receita com a venda de bens	38.693	7.673
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-512.637	559.905
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	621.797	2.137.077
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-879.150	-1.393.503
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-4.305	-6.401
6.03.05	Dividendos pagos	-250.976	-163.254
6.03.06	Diminuição de acionistas não controladores	0	-11.369
6.03.07	Sociedades relacionadas	0	-2.617
6.03.10	Aquisição de acionistas não controladores	-3	-28
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-393	-2.889
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-291.494	559.203

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.642.418	1.887.499
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.350.924	2.446.702

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323	0	-68.323
5.04.06	Dividendos	0	-68.323	0	0	0	-68.323	0	-68.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	405.599	1.906	407.505	3.286	410.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	405.599	0	405.599	3.286	408.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.231	-1.231	0	-1.231
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.231	-1.231	0	-1.231
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	3.137	3.137	0	3.137
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.137	3.137	0	3.137
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-280	0	206	0	-74	-107	-181
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-280	0	280	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74	0	-74
5.06.04	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-107	-107
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.966	1.513.920	405.805	-19.094	5.492.438	25.432	5.517.870

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-54.226	1.176.962	0	-9.377	4.810.132	35.119	4.845.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-54.226	1.176.962	0	-9.377	4.810.132	35.119	4.845.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-56.856	0	0	0	-56.856	-11.631	-68.487
5.04.08	Reversão dos dividendos adicionais do ano anterior	0	-56.856	0	0	0	-56.856	0	-56.856
5.04.09	Redução de capital da controlada indireta Utingás Armazenadora S.A.	0	0	0	0	0	0	-11.631	-11.631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	317.233	-14.181	303.052	-1.910	301.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	317.233	0	317.233	-1.910	315.323
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.181	-14.181	0	-14.181
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	225	225	0	225
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-14.406	-14.406	0	-14.406
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-283	0	209	0	-74	246	172
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-283	0	283	0	0	246	246
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74	0	-74
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-111.365	1.176.962	317.442	-23.558	5.056.254	21.824	5.078.078

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	23.619.442	21.014.684
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.703.429	21.105.128
7.01.02	Outras Receitas	-87.370	-87.006
7.01.02.01	Resultado com a venda de bens	6.093	-1.774
7.01.02.02	Abatimentos, descontos e devoluções	-93.463	-85.232
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.383	-3.438
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.896.808	-19.357.378
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.223.973	-17.812.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-620.657	-557.397
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.114	6.585
7.02.04	Outros	-1.057.292	-994.506
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.057.292	-994.506
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.722.634	1.657.306
7.04	Retenções	-283.025	-265.926
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-283.025	-265.926
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.439.609	1.391.380
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	195.122	123.080
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49	-138
7.06.02	Receitas Financeiras	165.354	100.951
7.06.03	Outros	29.817	22.267
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	29.817	22.267
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.634.731	1.514.460
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.634.731	1.514.460
7.08.01	Pessoal	474.403	448.906
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	430.013	525.057
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	321.430	225.174
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	408.885	315.323



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS Segundo Trimestre 2011

(1) Indicadores Econômicos – Consolidado:

(R\$ milhões)	2º Tri 11	2º Tri 10	1º Tri 11	Varição 2T11 X 2T10	Varição 2T11 x 1T11	1º Sem 11	1º Sem 10	Varição 1S11 X 1S10
Vendas Líquidas	12.187,5	10.382,6	10.806,1	17%	13%	22.993,6	20.316,0	13%
C.P.V.	(11.335,3)	(9.573,2)	(9.980,4)	18%	14%	(21.315,6)	(18.811,3)	13%
Lucro Bruto	852,2	809,4	825,7	5%	3%	1.677,9	1.504,7	12%
Despesas Gerais, Adm. e Vendas	(504,2)	(473,8)	(503,1)	6%	0%	(1.007,2)	(928,9)	8%
Outros Resultados Operacionais, líquidos	12,5	2,0	8,6	n/a	46%	21,1	9,1	n/a
Resultado na Venda de Bens	3,4	(2,2)	2,7	n/a	22%	6,1	(1,8)	n/a
Lucro Operacional	363,9	335,5	334,0	8%	9%	697,9	583,1	20%
Resultado Financeiro	(70,1)	(65,8)	(66,4)	7%	6%	(136,5)	(139,0)	-2%
Equivalência Patrimonial de Coligadas	(0,2)	(0,2)	0,1	7%	n/a	(0,0)	(0,1)	-65%
Lucro antes dos Impostos	293,6	269,6	267,7	9%	10%	561,3	444,0	26%
Imposto de Renda e Contrib. Social	(85,4)	(85,6)	(81,5)	0%	5%	(166,8)	(144,3)	16%
Incentivos Fiscais	6,5	8,5	7,9	-24%	-18%	14,4	15,6	-8%
Lucro Líquido	214,7	192,5	194,2	12%	11%	408,9	315,3	30%
Lucro Líquido Ultrapar	212,6	191,2	193,0	11%	10%	405,6	317,2	28%
Participação de Acionistas Não Controladores	2,1	1,3	1,2	65%	82%	3,3	(1,9)	n/a
EBITDA	502,9	467,0	467,1	8%	8%	970,0	846,2	15%
Tons mil de GLP vendido	416,7	406,9	381,4	2%	9%	798,1	777,6	3%
M ³ mil de combustíveis vendido	5.396,0	4.984,4	4.898,3	8%	10%	10.294,3	9.581,2	7%
Tons mil de Químicos vendidos	152,7	175,5	156,3	-13%	-2%	309,0	339,3	-9%

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a CVM tornou obrigatória a adoção dos padrões contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) na apresentação das demonstrações financeiras das companhias abertas no Brasil. Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da Ultrapar do ano de 2010 e dos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2011 foram preparadas de acordo com o IFRS, que diferem em certos aspectos das diretrizes contábeis anteriormente adotadas no Brasil.

Para um entendimento dos efeitos da adoção do IFRS, disponibilizamos planilhas financeiras no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Ultrapar (www.ultra.com.br) com demonstrativos dos impactos decorrentes das alterações contábeis introduzidas pelo IFRS sobre as principais contas das demonstrações financeiras de 2009 e 2010, em comparação aos valores que teriam sido obtidos caso não tivessem existido tais modificações. Informações adicionais referentes às alterações decorrentes da adoção do IFRS estão disponíveis na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

As informações financeiras da Ultragas, Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, exceto quando indicado, os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Efeito do desinvestimento – Transporte rodoviário, logística interna e armazenagem de sólidos da Ultracargo

Em 1º de julho de 2010, a Ultrapar concluiu a venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário da Ultracargo, com a transferência das quotas da AGT – Armazéns Gerais e Transporte Ltda. e da Petrolog Serviços e Armazéns Gerais Ltda. para a Aqces Logística Internacional Ltda. e recebimento de R\$ 74 milhões, que se soma ao depósito de R\$ 8 milhões recebido no anúncio da operação em 31 de março de 2010. Em outubro de 2010, a Ultrapar desembolsou R\$ 2 milhões relativos ao ajuste previsto de capital de giro. As demonstrações financeiras da Ultrapar e da Ultracargo a partir do 3T10 deixaram de incluir os resultados dos negócios vendidos.

Efeito da aquisição – DNP

Em 26 de outubro de 2010, a Ultrapar anunciou a assinatura do contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (“DNP”). O valor da aquisição totalizou R\$ 73 milhões, com desembolso inicial de R\$ 47 milhões em novembro de 2010 e desembolsos adicionais de R\$ 26 milhões em janeiro de 2011 e de R\$ 1 milhão em julho de 2011 referente ao ajuste final de capital de giro. As demonstrações financeiras da Ultrapar e da Ipiranga passaram a consolidar os resultados do negócio adquirido a partir da conclusão da aquisição, ocorrida em 1º de novembro de 2010.

Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Vendas Líquidas: A receita líquida consolidada da Ultrapar atingiu R\$ 12.187 milhões no 2T11, 17% acima da receita líquida apurada no 2T10, em função do crescimento de receita verificado na Ultragas, Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 1T11, a receita líquida da Ultrapar apresentou crescimento de 13%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2011 a receita líquida da Ultrapar totalizou R\$ 22.994 milhões, aumento de 13% em relação ao primeiro semestre de 2010.

Ultragas: No 2T11, a Ultragas atingiu o volume de vendas de 417 mil toneladas, crescimento de 2% em relação ao 2T10, crescimento obtido tanto no segmento envasado quanto no granel. Em relação ao 1T11, o volume vendido apresentou crescimento de 9%, em função da sazonalidade entre os períodos. No semestre, a Ultragas acumula um volume de vendas de 798 mil toneladas, 3% acima do 1S10. A receita líquida da Ultragas foi de R\$ 945 milhões no 2T11, aumento de 3% em relação ao 2T10, praticamente em linha com a variação no volume vendido. Em relação ao 1T11, a receita líquida apresentou aumento de 9%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, a receita líquida da Ultragas totalizou R\$ 1.812 milhões, aumento de 3% em relação ao 1S10.

Ipiranga: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 5.396 mil metros cúbicos no 2T11, 8% acima do volume vendido no 2T10. No 2T11, o volume vendido de combustíveis para veículos leves cresceu 7%, em função do crescimento estimado de 8% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados para a expansão da rede, parcialmente compensado pela maior participação de gasolina na composição de vendas, que reflete a menor disponibilidade e competitividade do etanol no 2T11. Excluindo o efeito da maior participação de gasolina na composição de vendas, o volume de combustíveis para veículos leves teria crescido 11% em relação ao 2T10. O volume de diesel apresentou crescimento de 10% em relação ao 2T10, em função do crescimento da economia brasileira e dos investimentos realizados para captura de novos clientes. Em relação ao 1T11, houve aumento de 10% no volume total vendido, em função da sazonalidade entre períodos. No 1S11, a Ipiranga acumula um volume vendido de 10.294 mil metros cúbicos, crescimento de 7% sobre o volume do 1S10. A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 10.602 milhões no 2T11, 20% acima da receita líquida do 2T10, principalmente em função do maior volume vendido, do aumento nos custos do etanol anidro e hidratado e da maior participação de gasolina na composição de vendas, decorrentes da menor disponibilidade do etanol no 2T11. Em relação ao 1T11, a receita líquida da Ipiranga apresentou crescimento de 14%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, a receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 19.935 milhões, aumento de 15% em relação ao 1S10.

Oxiteno: O volume de vendas da Oxiteno totalizou 153 mil toneladas, redução de 13% (23 mil tons) em relação ao volume do 2T10. No mercado interno, o volume vendido reduziu 16% (21 mil tons), em função de vendas spot de glicóis no 2T10 e do efeito nos estoques de alguns segmentos atendidos pela empresa, decorrente da desaceleração no ritmo de crescimento da economia. A redução de volumes influenciou menos os segmentos de tintas, cosméticos e detergentes, permitindo uma melhor composição de vendas neste período. No mercado externo, o volume vendido apresentou redução de 4% (2 mil tons), em função de maiores vendas spot de glicóis no 2T10, parcialmente compensadas pelo maior volume vendido pela Oxiteno México e Oxiteno Andina. Em relação ao 1T11, o volume de vendas foi 2% menor (4 mil tons). O volume vendido pela Oxiteno no 1S11 totaliza 309 mil toneladas, 9% abaixo do volume vendido no 1S10. A receita líquida da Oxiteno totalizou R\$ 574 milhões no 2T11, 5% acima do 2T10, apesar do Real 11% mais valorizado e do menor volume vendido, em função da recuperação dos preços médios em dólares ao longo dos últimos 12 meses e da melhor composição de vendas no 2T11. Em relação ao 1T11, a receita líquida também apresentou crescimento de 5%, em função dos maiores preços médios em dólares. A receita líquida acumulada no 1S11 foi de R\$ 1.122 milhões, 10% acima do 1S10.

Ultracargo: No 2T11, a armazenagem média da Ultracargo aumentou 8% em relação ao 2T10, em função da maior movimentação de produtos nos terminais de Suape e Santos. Em relação ao 1T11, a armazenagem média aumentou 13%, principalmente em função da maior movimentação de etanol. No semestre, a Ultracargo acumula uma variação positiva de 4% na ocupação média de seus terminais em relação ao 1S10. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 68 milhões no 2T11, 21% abaixo do 2T10, em função da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário em julho de 2010. Em relação ao 1T11, a receita líquida apresentou um aumento de 10% principalmente em função da maior armazenagem média no

Comentário do Desempenho

2T11. No 1S11, a receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 130 milhões, 23% abaixo do 1S10, em função da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário.

Custo dos Produtos Vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultrapar totalizou R\$ 11.335 milhões no 2T11, 18% acima do 2T10, em função do maior custo dos produtos vendidos na Ultragas, Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 1T11, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar apresentou aumento de 14%, em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2011, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar totalizou R\$ 21.316 milhões, aumento de 13% em relação ao primeiro semestre de 2010.

Ultragas: O custo dos produtos vendidos da Ultragas totalizou R\$ 802 milhões no 2T11, aumento de 4% em relação ao 2T10, principalmente em função do maior volume vendido, efeitos da inflação e de custos relacionados ao início de operação da Ultragas em duas bases adicionais de engarrafamento. Em relação ao 1T11, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 9%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, o custo dos produtos vendidos da Ultragas foi de R\$ 1.538 milhões, crescimento de 3% em relação ao 1S10.

Ipiranga: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 10.065 milhões no 2T11, aumento de 20% em relação ao 2T10, em função do maior volume vendido, do aumento nos custos do etanol anidro e hidratado e da maior participação de gasolina na composição de vendas, decorrentes da menor disponibilidade do etanol no 2T11. Em relação ao 1T11, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga cresceu 14%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga acumula R\$ 18.874 milhões, 14% acima do montante apresentado no 1S10.

Oxiteno: O custo dos produtos vendidos da Oxiteno no 2T11 totalizou R\$ 443 milhões, 3% acima do 2T10, em função do aumento nos custos variáveis unitários em dólares, parcialmente compensados pelo volume vendido 13% menor e pelo Real 11% mais valorizado. Em relação ao 1T11, o custo dos produtos vendidos aumentou 6%, em função do aumento nos custos variáveis unitários em dólares, parcialmente compensado pelo menor volume vendido e pelo Real mais valorizado. No 1S11, o custo dos produtos vendidos da Oxiteno acumula R\$ 860 milhões, 5% acima do montante apresentado no 1S10.

Ultracargo: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 2T11 foi de R\$ 29 milhões, 34% abaixo do 2T10, em função do efeito da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário em julho de 2010. Em relação ao 1T11, o custo dos serviços prestados apresentou aumento de 9%, principalmente em função da maior armazenagem média no 2T11. No 1S11, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 55 milhões, 35% abaixo do 2S10.

Lucro Bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 852 milhões no 2T11, um aumento de 5% em relação ao 2T10, em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 1T11, o lucro bruto da Ultrapar apresentou aumento de 3%, em função do aumento do lucro bruto verificado em todos os negócios. No 1S11, a Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.678 milhões, um aumento de 12% em relação ao 1S10.

Despesas Gerais, Administrativas e de Vendas: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar somaram R\$ 504 milhões no 2T11, 6% acima do 2T10. Em relação ao 1T11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar se mantiveram estáveis. No primeiro semestre de 2011, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar totalizaram R\$ 1.007 milhões, aumento de 8% em relação ao primeiro semestre de 2010.

Ultragas: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas somaram R\$ 93 milhões no 2T11, estáveis em relação ao 2T10, em função de maiores despesas com campanhas promocionais e de vendas e maior remuneração variável no 2T10, que compensaram os efeitos da inflação e do maior volume vendido. Em relação ao 1T11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas apresentaram aumento de 10%, principalmente em função do volume sazonalmente maior e do menor patamar de despesas no 1T11. No 1S11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas totalizaram R\$ 178 milhões, redução de 1% em relação ao 1S10.

Comentário do Desempenho

Ipiranga: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 318 milhões no 2T11, 12% acima do 2T10, principalmente em função do maior volume vendido, dos efeitos da inflação sobre as despesas, de maiores despesas com propaganda e marketing e de projetos de expansão das atividades. Em relação ao 1T11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga apresentaram redução de 1%, apesar do maior volume vendido, em função da maior concentração de despesas com remuneração variável, propaganda e marketing no 1T11. No 1S11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 639 milhões, aumento de 12% em relação ao 1S10.

Oxiten: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten totalizaram R\$ 77 milhões no 2T11, aumento de 4% em relação ao 2T10, decorrente dos efeitos da inflação sobre as despesas e maiores gastos com consultoria, parcialmente compensados pelo menor volume vendido e pelo efeito da valorização do Real sobre as despesas em dólares. Em relação ao 1T11, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten apresentaram redução de 3%, principalmente em função do menor volume vendido e do efeito da valorização do Real sobre as despesas em dólares. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 157 milhões no 1S11, aumento de 13% em relação ao 1S10.

Ultracargo: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 17 milhões no 2T11, 26% abaixo do 2T10, em função do efeito da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário. Em relação ao 1T11, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 8%, em função de maior remuneração variável no 2T11, em linha com a evolução de resultados. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 32 milhões no 1S11, redução de 24% em relação ao 1S10.

Depreciação e Amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 2T11 foi de R\$ 142 milhões, 10% e 5% acima do 2T10 e 1T11, respectivamente, em função dos maiores investimentos realizados. No 1S11, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar totalizou R\$ 278 milhões, 6% acima do 1S10.

Lucro Operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 364 milhões no 2T11, 8% acima do lucro operacional do 2T10, em função do aumento do lucro operacional da Ipiranga, Oxiten e Ultracargo. Em relação ao 1T11, o lucro operacional da Ultrapar apresentou um aumento de 9%, em função do aumento do lucro operacional verificado em todos os negócios. No 1S11, a Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 698 milhões, 20% maior que o lucro operacional apresentado no 1S10.

Resultado financeiro: A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 70 milhões no 2T11, R\$ 4 milhões acima da despesa financeira líquida do 2T10 e 1T11, em função principalmente do aumento do CDI e do maior endividamento líquido, decorrente principalmente do pagamento de dividendos em março. Em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses, o endividamento líquido ao final do 2T11 se manteve estável em relação ao 1T11 e 2T10 em 1,4x. No 1S11, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 137 milhões, R\$ 3 milhões abaixo do 1S10.

Imposto de Renda e Contribuição Social / Incentivos Fiscais: A Ultrapar apresentou no 2T11 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 79 milhões, praticamente estável em relação à despesa de R\$ 77 milhões no 2T10. Em relação ao 1T11, houve um aumento de 7% na despesa de imposto de renda e contribuição social líquida de incentivos fiscais. No 1S11, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 152 milhões, 18% acima do 1S10.

Lucro Líquido: O lucro líquido consolidado da Ultrapar no 2T11 foi de R\$ 215 milhões, crescimento de 12% e 11% em relação ao 2T10 e 1T11, respectivamente, principalmente em função do maior EBITDA no 2T11. No 1S11, a Ultrapar apresentou um lucro líquido de R\$ 409 milhões, 30% acima do 1S10.

EBITDA: O EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 503 milhões no 2T11, 8% acima do 2T10, em função do crescimento no EBITDA da Ipiranga, Oxiten e Ultracargo. Em relação ao 1T11 o crescimento foi de 8%. No primeiro semestre de 2011, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 970 milhões, aumento de 15% em relação ao primeiro semestre de 2010.

Comentário do Desempenho

Ultragaz: A Ultragaz apresentou EBITDA de R\$ 79 milhões no 2T11, 5% abaixo do 2T10, em função do início de operação pela Ultragaz de duas bases adicionais de engarrafamento, em processo de maturação, e dos efeitos de inflação. Em relação ao 1T11, o EBITDA da Ultragaz apresentou aumento de 9%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 152 milhões, 2% abaixo do 1S10.

Ipiranga: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 308 milhões no 2T11, aumento de 15% em relação ao 2T10, principalmente em função do maior volume vendido e da melhor composição de vendas. Em relação ao 1T11, o EBITDA da Ipiranga apresentou crescimento de 8%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S11, o EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 595 milhões, 20% acima do 1S10.

Oxiten: A Oxiten apresentou EBITDA de R\$ 80 milhões no 2T11, crescimento de 13% em relação ao 2T10, em função da recuperação das margens ao longo dos últimos 12 meses e da melhor composição de vendas, apesar do menor volume vendido e do Real 11% mais valorizado. Em relação ao 1T11, o EBITDA da Oxiten apresentou aumento de 8%, principalmente em função de boa composição de vendas e de menores despesas no trimestre. No 1S11, o EBITDA da Oxiten totalizou R\$ 155 milhões, 42% acima do 1S10.

Ultracargo: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 31 milhões no 2T11, 8% acima do 2T10, principalmente em função da maior armazenagem média, parcialmente compensada pelo efeito da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário. Em relação ao 1T11, o EBITDA da Ultracargo apresentou aumento de 7%, em função principalmente de maiores movimentações de etanol. No 1S11, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 59 milhões, estável em relação ao 1S10.

EBITDA

<i>R\$ milhões</i>	2T11	2T10	1T11	Variação 2T11 X 2T10	Variação 2T11 x 1T11	1S11	1S10	Variação 1S11 x 1S10
Ultrapar	502,9	467,0	467,1	8%	8%	970,0	846,2	15%
Ultragaz	79,0	83,3	72,6	-5%	9%	151,5	154,2	-2%
Ipiranga	308,2	268,3	286,5	15%	8%	594,7	496,0	20%
Oxiten	80,2	70,8	74,5	13%	8%	154,7	108,8	42%
Ultracargo	30,6	28,4	28,5	8%	7%	59,0	58,8	0%

A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida de nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações. O EBITDA acima apresentado foi calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, acrescido de despesas com depreciação e amortização, e descontado do resultado da venda de bens. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional, além de vincularmos esta medida a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo o resultado da venda de bens, despesas com juros, tributos, depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de resultado da alienação de bens, depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA é uma medida útil para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de gestão. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda, depreciação, investimentos e outros encargos relacionados.

Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, KPMG Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros seis meses de 2011, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria externa da Ultrapar e de suas coligadas e controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, inclusive pela subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis claros/lubrificantes e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e na comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

Visando a convergência das regras contábeis brasileiras ao *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), durante 2009 e 2010, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu diversas deliberações aprovando os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estabeleceu um novo padrão contábil aplicável no Brasil a partir de 2010 (“Novo BR GAAP”). Estes pronunciamentos estão em conformidade com o IFRS, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações trimestrais de 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 581/09 (CPC 21) e *International Accounting Standards* (“IAS”) 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB.

As informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o Novo BR GAAP, que difere do IFRS em dois aspectos. O IFRS não prevê o reconhecimento da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora. Em adição à equivalência patrimonial, as informações trimestrais da controladora de 2010 elaboradas de acordo com o Novo BR GAAP possuem outra diferença em relação ao padrão contábil do IFRS, conforme expressamente permitido pelo CPC 43 (R1), referente ao ativo diferido, baixado em 31 de dezembro de 2010, data em que foi eliminada esta diferença.

As informações trimestrais consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IFRS emitido pelo IASB. As informações trimestrais consolidadas de 2010, anteriormente divulgadas em Novo BR GAAP (conforme CPC 43), estão sendo apresentadas considerando a baixa do ativo diferido na adoção inicial do IFRS (conforme CPC 43 R1). Vide nota explicativa nº 28 para maiores detalhes dos efeitos da amortização do ativo diferido no resultado do período de 2010.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas, de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo das vendas e dos serviços prestados inclui o custo de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custo de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e o custo de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Equivalentes de caixa

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes dos equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de fluxo de caixa certos instrumentos financeiros derivativos, utilizados como proteção a variações nas taxas de juros e a variações na taxa de câmbio. No caso dos derivativos designados para hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros, a diferença entre o valor justo do instrumento financeiro e o seu custo corrigido é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, não afetando a demonstração do resultado da Sociedade e suas controladas. No caso dos derivativos cambiais designados pela controlada RPR para proteção do fluxo de caixa futuro, o efeito da variação cambial no derivativo é lançado na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até o momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultados. A diferença entre o valor justo do derivativo e o custo corrigido é reconhecida diretamente no resultado da controlada.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Tais variações, bem como a diferença entre o valor justo e o custo corrigido do instrumento financeiro derivativo, são contabilizadas no resultado.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 20.

d. Ativos circulante e não circulante

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera seu valor realizável líquido ou de recuperação.

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.r).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora.

Os investimentos em sociedades em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 11). Nas informações trimestrais consolidadas, os investimentos sob controle compartilhado são consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade (vide nota explicativa nº 3).

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, inclusive encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração. Os itens do imobilizado adquiridos anteriormente a 31 de dezembro de 1997 estão corrigidos monetariamente até aquela data.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, e são revisados periodicamente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil-econômica dos bens.

g. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Sociedade e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.g).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor a mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 21.d).

h. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os principais critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de prováveis perdas (recuperabilidade). Em conformidade com o IFRS 3(R), os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição, líquido da amortização acumulada.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente, nem que possuam vida útil indefinida, exceto ágio por rentabilidade futura.

i. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, incluindo a parcela de incentivos fiscais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.b).

k. Provisão para retirada de tanques

Esta provisão corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O valor estimado da obrigação de retirada desse ativo é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O ativo correspondente é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 16). O custo de retirada estimado é revisado periodicamente.

l. Provisão para contingências

A provisão para contingências é constituída para os riscos contingentes estimáveis, onde a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21.a).

m. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado, conforme comentado na nota explicativa nº 22.b).

n. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira realizadas pela Sociedade ou suas controladas são convertidas para a moeda funcional das mesmas pela taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto da Sociedade e suas controladas são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado do período até sua realização.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

o. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas Oxiteno México S.A. de C.V. e suas controladas, localizadas no México (moeda Pesos Mexicanos), e Oxiteno Andina, C.A., localizada na Venezuela (moeda Bolívares Fortes), cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais), são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 19.828 de perda cambial (perda de R\$ 18.597 em 31 de dezembro de 2010).

Para fins de IFRS, embasado no IAS 29, a Venezuela passou a ser considerada um país de economia hiperinflacionária a partir de 2010, conseqüentemente as informações trimestrais da Oxiteno Andina C.A. estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio do encerramento do respectivo período. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado em 30 de junho de 2011 totalizou R\$ 857 (ganho de R\$ 860 em 30 de junho de 2010).

p. Uso de estimativas

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para efetuar estas estimativas, a administração da Sociedade e suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 20), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), à vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota explicativa nº 13), provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21.a), estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil do ativo com o objetivo de mensurar sua possível deterioração, e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo poderá não ser recuperado pelo fluxo de caixa futuro estimado que se espera de seu uso ou em eventual alienação. Nos casos em que os fluxos de caixa futuros esperados são menores que o valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Os fatores considerados pela Sociedade na avaliação incluem os resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma irrecuperabilidade foi registrada nos exercícios apresentados.

r. Ajuste a valor presente

As controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo, e de curto prazo quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme Novo BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 30 de junho de 2011, sendo essas:

- Isenção limitada de divulgações comparativas do IFRS 7 para adotantes iniciais
- Aperfeiçoamento do IFRS 2010
- Instrumentos financeiros IFRS 9
- Pagamentos antecipados de exigências mínimas de financiamento (modificações do IFRIC 14)
- Classificação de direitos (modificações do IAS 32)
- Alterações ao IAS 19 - benefícios aos empregados
- Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10
- Controle compartilhado - IFRS 11
- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13
- Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Sociedade e suas controladas não estimaram o impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

A autorização para a conclusão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 10 de agosto de 2011.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS, sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio e lucro líquidos consolidados.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	% de participação no capital social			
		30/6/2011		31/12/2010	
		Controle		Controle	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (*)	Brasil	-	50	-	50
Ultracargo Argentina S.A.	Argentina	-	100	-	100
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	99	-	99
Oxítene S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxítene Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxítene Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxítene México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxítene Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxítene Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxítene USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxítene Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxítene Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxítene Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda.	Brazil	-	-	-	100
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Maxfácil Participações S.A. (*)	Brasil	-	50	-	50
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragas S.A.	Brasil	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	56	-	56
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	Brasil	33	-	33	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(*) A Sociedade mantém participação compartilhada nessas empresas, nas quais os contratos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade utilizando-se a consolidação proporcional, conforme permitido pelo IAS 31.

A RPR tem como atividade principal o refino de petróleo, a Maxfácil Participações S.A. tem como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga e a União Vopak Armazéns Gerais Ltda. tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no Porto de Paranaguá.

Combinação de negócios – aquisição da Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (“DNP”)

A Sociedade adquiriu em 1 de novembro de 2010, através da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), 100% das quotas da DNP. O valor total da aquisição, após ajuste final de capital de giro, foi de R\$ 73.427. Esta aquisição reforça a estratégia de expansão, iniciada com a aquisição da Texaco, para as regiões centro-oeste, nordeste e norte do Brasil, onde o crescimento de consumo tem sido acima da média nacional e a participação de mercado da Ipiranga é menor do que nas regiões Sul e Sudeste.

O custo de aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 16.699. A mais valia para os ativos adquiridos, apurada com base em laudo elaborado por avaliador independente, é de R\$ 54.349, representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na conclusão da aquisição:

	<u>R\$</u>
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.322
Contas a receber	15.295
Estoques	18.003
Outros	<u>9.672</u>
	45.292
Ativo não circulante	
Imobilizado	15.977
Intangível	46.650
Outros	8.254
Ágio	<u>16.699</u>
	87.580
Total dos ativos adquiridos e do ágio	132.872

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivo circulante	
Fornecedores	7.784
Imposto de renda e contribuição social	5.130
Impostos e contribuições a recolher	1.210
Salários e encargos a pagar	754
Outros	<u>6.345</u>
	21.223
Passivo não circulante	
Provisão para contingências	14.812
Imposto de renda e contribuição social	18.587
Outros	<u>4.823</u>
	38.222
Ativo líquido	73.427

Em fevereiro de 2011, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada DNP foi incorporada pela IPP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em debêntures, títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e em títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, cuja carteira é composta por títulos emitidos pelo governo norte americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	108	23	65.465	59.980
Em moeda estrangeira	-	-	9.699	12.813
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	<u>253.237</u>	<u>407.681</u>	<u>2.275.760</u>	<u>2.569.625</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>253.345</u>	<u>407.704</u>	<u>2.350.924</u>	<u>2.642.418</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Aplicações financeiras**

São consideradas como aplicações financeiras, ativos financeiros que não são considerados caixa e equivalentes de caixa.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	1.241	12.758	183.745	360.032
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	185.737	198.149
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	8.888	19.778
Total de aplicações financeiras	<u>1.241</u>	<u>12.758</u>	<u>378.370</u>	<u>577.959</u>
Circulante	<u>1.241</u>	<u>12.758</u>	<u>370.604</u>	<u>558.209</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.766</u>	<u>19.750</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 20).

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas, exceto caixa e bancos, foram classificados conforme as suas características e intenção da Sociedade em: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) disponíveis para venda, de acordo com a tabela abaixo.

	<u>Consolidado</u>	
	30/06/2011	31/12/2010
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.284.648	2.589.403
Mantidos até o vencimento	7.193	7.193
Disponíveis para venda	362.289	550.988
Ativos financeiros, exceto caixa e bancos	<u>2.654.130</u>	<u>3.147.584</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cientes nacionais	1.685.018	1.605.767
Financiamentos a clientes – Ipiranga	222.140	202.719
Cientes estrangeiros	133.900	123.823
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(121.570)</u>	<u>(119.932)</u>
	<u>1.919.488</u>	<u>1.812.377</u>
 Circulante	<u>1.811.043</u>	<u>1.715.709</u>
 Não circulante	<u>108.445</u>	<u>96.668</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	Saldo não vencido	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2011	2.041.058	1.793.840	64.351	10.315	5.939	9.381	157.232
31 de dezembro de 2010	1.932.309	1.692.151	60.321	16.415	5.067	9.442	148.913

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	119.932
Adições	16.394
Baixas por utilização	<u>(14.756)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>121.570</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

	30/06/2011			31/12/2010		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	255.673	(13.161)	242.512	181.419	(9.905)	171.514
Produtos em elaboração	2.864	-	2.864	7.907	-	7.907
Matérias-primas	248.149	(883)	247.266	177.123	(2.059)	175.064
Gás liquefeito de petróleo - GLP	32.878	-	32.878	26.648	-	26.648
Combustíveis, lubrificantes e graxas	621.291	(685)	620.606	553.491	(1.032)	552.459
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	51.762	(983)	50.779	49.688	(1.028)	48.660
Adiantamentos a fornecedores	94.754	-	94.754	111.578	-	111.578
Imóveis para revenda	39.283	-	39.283	39.707	-	39.707
	<u>1.346.654</u>	<u>(15.712)</u>	<u>1.330.942</u>	<u>1.147.561</u>	<u>(14.024)</u>	<u>1.133.537</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.024
Adição	<u>1.688</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u><u>15.712</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
IRPJ e CSLL	90.510	78.868	167.733	145.554
ICMS	-	-	182.966	202.584
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(46.537)	(56.130)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.r)	-	-	(3.751)	(3.273)
PIS e COFINS	21	21	140.373	97.568
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México S.A. de C.V. e Oxiteno Andina, C.A.	-	-	13.369	10.507
IPI	-	-	3.546	4.342
Outros	2	21	7.654	7.935
Total	90.533	78.910	465.353	409.087
Circulante	41.426	69.897	368.222	354.317
Não circulante	49.107	9.013	97.131	54.770

(*) A provisão refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

A movimentação da provisão para perdas de ICMS é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	56.130
Adições	5.089
Reversão de provisão	(14.682)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>46.537</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

	Controladora		Resultado financeiro
	Ativo		
	Mútuo	Debêntures	
Companhia Ultragas S.A.	4.017	-	-
Oxiteno S.A Indústria e Comércio	1.874	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	1.071	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	<u>776.964</u>	<u>62.783</u>
Total em 30 de junho de 2011	<u>6.962</u>	<u>776.964</u>	<u>62.783</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>6.962</u>	<u>773.907</u>	
Total em 30 de junho de 2010			<u>48.626</u>

	Consolidado			
	Mútuos		Operações Comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber	A Pagar
Braskem S.A.	-	-	-	5.840
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	350	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	220	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	503
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-	-	269.276
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.195	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	-	-	276
SHV Gás Brasil Ltda.	-	-	171	-
Outros	<u>490</u>	<u>826</u>	<u>83</u>	-
Total em 30 de junho de 2011	<u>10.144</u>	<u>4.021</u>	<u>824</u>	<u>275.895</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>10.144</u>	<u>4.021</u>	<u>2.324</u>	<u>261.035</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Consolidado	
	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A.	11.359	346.353
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	2.607	-
Liquigás Distribuidora S.A.	2.910	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	5.079
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	8.718	13.952.007
Quattor Participações S.A.	-	83.418
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	115.545
Servgás Distribuidora de Gas S.A.	690	-
SHV Gás Brasil Ltda.	<u>945</u>	-
Total em 30 de junho de 2011	<u>27.232</u>	<u>14.502.402</u>
Total em 30 de junho de 2010	<u>83.766</u>	<u>12.918.099</u>

(*) Refere-se à parcela não eliminada das operações comerciais entre RPR e IPP, uma vez que a consolidação de RPR é proporcional e a de IPP integral.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para eventual liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em empréstimos e financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.i). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa de controladas e coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros benefícios; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade atrelada (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focada em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 22. Em adição, a Sociedade possui plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento dos interesses de longo prazo dos diretores estatutários e acionistas, assim como a retenção destes executivos. Os diretores estatutários da Ultrapar poderão receber remuneração variável adicional, em função do desempenho das ações da Sociedade entre 2006 e 2011, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 13.293 (R\$ 12.486 em 30 de junho de 2010). Deste total, R\$ 11.080 referem-se a remuneração de curto prazo (R\$ 10.715 em 30 de junho de 2010), R\$ 1.616 a remuneração em ações (R\$ 1.178 em 30 de junho de 2010) e R\$ 597 (R\$ 593 em 30 de junho de 2010) a benefício pós-emprego. Em adição aos montantes acima, a Sociedade provisionou em 2011 R\$ 18.206 (R\$ 2.500 em 30 de junho de 2010) relacionado ao plano de remuneração variável de longo prazo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas, que prevê: (i) a outorga inicial de usufruto sobre ações de emissão da Sociedade, mantidas em tesouraria pelas controladas nas quais os administradores beneficiados estão registrados; e (ii) a transferência da nu-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O valor total concedido a executivos até 30 de junho de 2011, incluindo encargos tributários, foi R\$ 39.164 (R\$ 39.164 em 31 de dezembro de 2010). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao período findo em 30 de junho de 2011 no montante de R\$ 3.004 (R\$ 2.190 em 30 de junho de 2010) foi registrada como despesa operacional do exercício. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBovespa.

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações sobre as ações outorgadas aos executivos da Sociedade:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Valor de mercado das ações (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
10 de novembro de 2010	260.000	26,78	9.602	(1.087)	8.515
16 de dezembro de 2009	250.000	20,75	7.155	(1.925)	5.230
8 de outubro de 2008	696.000	9,99	9.593	(4.480)	5.113
12 de dezembro de 2007	160.000	16,17	3.570	(2.173)	1.397
9 de novembro de 2006	207.200	11,62	3.322	(1.550)	1.772
14 de dezembro de 2005	93.600	8,21	1.060	(592)	468
4 de outubro de 2004	167.900	10,20	2.361	(1.594)	767
18 de dezembro de 2003	<u>239.200</u>	7,58	<u>2.501</u>	<u>(1.897)</u>	<u>604</u>
	<u>2.073.900</u>		<u>39.164</u>	<u>(15.298)</u>	<u>23.866</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	23.789	27.646
Provisões para contingências	217	185	84.868	66.898
Provisão para benefício pós-emprego (vide nota explicativa nº 22.b)	-	-	30.843	30.843
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	20.050	16.414
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	271.363	306.086
Demais provisões	-	-	47.449	20.715
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	59.048	59.978
Efeito da adoção do IFRS	-	-	17.487	35.817
Total	217	185	554.897	564.397
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	704	364
Depreciação acelerada	-	-	104	109
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	3.754	7.931
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	854	842
Efeito do Regime Tributário de Transição	-	-	25.055	17.466
Total	-	-	30.471	26.712

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	199.437
De 1 a 2 anos	217	112.779
De 2 a 3 anos	-	88.222
De 3 a 5 anos	-	103.381
De 5 a 7 anos	-	32.502
De 7 a 10 anos	-	18.576
	<u>217</u>	<u>554.897</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	9.747	992	561.378	444.124
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(3.314)</u>	<u>(338)</u>	<u>(190.868)</u>	<u>(151.002)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	-	(4)	12.854	(2.108)
Ajuste do lucro presumido	-	-	11.772	10.220
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	-	259	188
Demais ajustes	<u>12</u>	<u>14</u>	<u>(864)</u>	<u>(1.568)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(3.302)</u>	<u>(328)</u>	<u>(166.847)</u>	<u>(144.270)</u>
Incentivos fiscais – ADENE	-	-	14.404	15.607
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(3.302)</u>	<u>(328)</u>	<u>(152.444)</u>	<u>(128.663)</u>
Corrente	(3.334)	(276)	(130.588)	(79.656)
Diferido	32	(52)	(36.260)	(64.614)
Incentivos fiscais – ADENE	-	-	14.404	15.607

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Isenção de impostos

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial ou integral de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Suape	75	2018
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Caucaia	75	2012
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu	75	2012
	Terminal de Suape	75	2015

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL) a compensar

A Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 176.381 e base negativa de CSLL no montante de R\$ 166.146, cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/06/2011	31/12/2010
Aluguéis	29.186	28.926
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	19.306	21.822
Manutenção de software	19.086	7.156
Propaganda e publicidade	15.448	3.769
Prêmios de seguros	6.615	8.457
Compras de vale alimentação e transporte	3.486	3.902
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>5.441</u>	<u>1.727</u>
	<u>98.568</u>	<u>75.759</u>
Circulante	<u>48.640</u>	<u>35.148</u>
Não circulante	<u>49.928</u>	<u>40.611</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas (Controladora)

	30 de junho de 2011			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	746.428	2.181.615	2.213.607	46.754
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	34.479	73.627	290.130	2.436

	31 de dezembro de 2010			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	711.949	1.788.180	2.423.056	48.135
	30 de junho de 2010			
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	31.445	29.149	243.660	32.049

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 19.

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	2.213.607	2.423.056	290.130	243.660
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	2.181.674	1.788.180	73.627	29.149
Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda.	746.428	711.949	34.479	31.445
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15.524	15.982	918	10.642
	<u>5.157.233</u>	<u>4.939.167</u>	<u>399.154</u>	<u>314.896</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume a participação de 33% na RPR atribuída à Sociedade em 30 de junho de 2011:

	<u>RPR</u>
Ativo circulante	31.740
Ativo não circulante	20.982
Passivo circulante	6.386
Passivo não circulante e patrimônio líquido	46.336
Receita líquida	52.462
Custos e despesas operacionais	<u>(50.762)</u>
Lucro operacional	1.700
Resultado financeiro e imposto de renda	<u>(613)</u>
Lucro líquido	<u><u>1.087</u></u>

b. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	6.741	6.668	105	8
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	3.705	3.722	(17)	(15)
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	1.938	2.075	(137)	(131)
	<u>12.384</u>	<u>12.465</u>	<u>(49)</u>	<u>(138)</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”) que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as sócias.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. que tem como atividade principal a indústria, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A. que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento GLP e da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente essas coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

	30/06/2011				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.235	17.056	700	775	33
Ativo não circulante	22.613	90.624	8.936	466	3.065
Passivo circulante	552	8.794	-	21	90
Passivo não circulante	332	84.301	2.226	1.708	3.983
Patrimônio líquido	26.964	14.585	7.410	(488)	(975)
Receita líquida	1.926	13.538	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(1.809)	(13.671)	(55)	(63)	4
Resultado financeiro e imposto de renda	149	(413)	24	30	(1)
Lucro (prejuízo) líquido do período	266	(546)	(31)	(33)	3
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Nas informações trimestrais consolidadas, o investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pela equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2011, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2010	Adições	Ajuste saldo inicial de aquisição da DNP	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2011
Custo:									
Terrenos		375.669	95	-	-	4.268	(16.569)	(10)	363.453
Edificações	26	1.046.128	2.994	1.055	-	32.362	(19.231)	(239)	1.063.069
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	372.760	6.862	-	-	7.950	(3.943)	(2)	383.627
Máquinas e equipamentos	12	2.601.836	46.275	-	-	117.740	(1.320)	(2.082)	2.762.449
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.465.777	52.369	614	-	51.950	(10.970)	-	1.559.740
Tanques e vasilhames para GLP	12	362.882	55.081	-	-	-	(11.606)	-	406.357
Veículos	7	173.408	11.498	167	-	3.236	(13.181)	168	175.296
Móveis e utensílios	7	105.795	3.349	-	-	1.041	(114)	(488)	109.583
Obras em andamento	-	422.471	157.061	-	-	(111.775)	(4.348)	285	463.694
Adiantamentos a fornecedores	-	6.525	4.569	-	-	(726)	-	-	10.368
Importações em andamento	-	340	52	-	-	(68)	-	-	324
Equipamentos de informática	5	178.296	3.724	-	-	151	(1.252)	(7)	180.912
		<u>7.111.887</u>	<u>343.929</u>	<u>1.836</u>	<u>-</u>	<u>106.129</u>	<u>(82.534)</u>	<u>(2.375)</u>	<u>7.478.872</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(436.875)	-	-	(18.899)	(11.654)	12.501	156	(454.771)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(195.091)	-	-	(10.919)	(96)	3.595	1	(202.510)
Máquinas e equipamentos		(1.130.575)	-	-	(90.071)	(91.032)	736	212	(1.310.730)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(834.834)	-	-	(38.837)	156	9.254	-	(864.261)
Tanques e vasilhames para GLP		(190.255)	-	-	(10.612)	-	4.188	-	(196.679)
Veículos		(109.346)	-	-	(2.524)	(632)	10.397	(37)	(102.142)
Móveis e utensílios		(62.325)	-	-	(4.626)	(2.981)	78	3	(69.851)
Equipamentos de informática		(146.831)	-	-	(6.322)	110	911	16	(152.116)
		<u>(3.106.132)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(182.810)</u>	<u>(106.129)</u>	<u>41.660</u>	<u>351</u>	<u>(3.353.060)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.854)	-	-	-	-	253	-	(1.601)
		<u>(2.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>253</u>	<u>-</u>	<u>(1.798)</u>
Custo líquido		<u>4.003.704</u>	<u>343.929</u>	<u>1.836</u>	<u>(182.810)</u>	<u>-</u>	<u>(40.621)</u>	<u>(2.024)</u>	<u>4.124.014</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente: (i) às ampliações e reformas dos parques industriais e (ii) à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Software	Tecnologia	Direitos de propriedade comercial	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	714.391	68.187	12.011	12.466	535.081	3.475	1.345.611
Ajuste saldo inicial de aquisição DNP	(21.804)	-	-	-	4.865	-	(16.939)
Adições	-	16.874	-	-	157.538	713	175.125
Baixas	-	(148)	-	-	-	(242)	(390)
Amortizações	-	(12.809)	(2.201)	(275)	(86.136)	(58)	(101.479)
Variação cambial	-	-	-	-	142	(51)	91
IRPJ/CSLL diferidos	(8.038)	-	-	-	-	-	(8.038)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>684.549</u>	<u>72.104</u>	<u>9.810</u>	<u>12.191</u>	<u>611.490</u>	<u>3.837</u>	<u>1.393.981</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)	-	5	5	30	6	9	

Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização, e o saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por rentabilidade futura em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	30/06/2011	31/12/2010
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
DNP	16.699	46.541
Outros	2.278	2.278
	<u>684.549</u>	<u>714.391</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

A Sociedade registra como tecnologia, certos direitos de uso detidos pelas controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”). Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de etileno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos).

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 10.498 no resultado até 30 de junho de 2011 (R\$ 9.292 no resultado até 30 de junho de 2010).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	30/06/2011	31/12/2010	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 30/06/2011 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	387.599	413.284	US\$	+7,2	2015
Financiamento externo (c)	92.960	99.749	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	92.573	41.626	US\$	+1,7	< 286 dias
BNDES (d)	64.509	67.195	US\$	+5,8	2011 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	51.243	64.080	US\$	+1,1	< 99 dias
Instituições financeiras	16.029	16.656	MX\$ + THIE (ii)	+2,6	2011 a 2014
Instituições financeiras	6.337	6.740	US\$ + LIBOR (i)	+2,1	2011
Instituições financeiras	3.147	22	Bs (iii)	+15,1	2011 a 2013
FINIMP	756	779	US\$	+7,0	2012
Instituições financeiras - RPR	-	1.581			
BNDES (d)	-	8			
Subtotal	<u>715.153</u>	<u>711.720</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pré-fixado (e)	2.013.822	1.916.257	R\$	+11,8	2012 a 2015
Debêntures (f)	1.059.861	1.196.116	CDI	108,5	2012
BNDES (d)	999.960	1.178.081	TJLP (iv)	+3,5	2012 a 2019
Banco do Brasil pós-fixado (e)	200.859	-	CDI	98,5	2014
Banco do Nordeste do Brasil	92.707	99.355	R\$	+8,5 (vi)	2018
Empréstimo - MaxFácil	81.660	77.391	CDI	100,0	2012
BNDES (d)	76.442	65.137	R\$	+5,9	2011 a 2021
FINEP	57.204	61.738	TJLP (iv)	+0,5	2013 a 2014
Arrendamento mercantil financeiro (g)	42.965	-	IGP-M (v)	+5,6	2031
Debêntures - RPR (f)	17.882	-	CDI	118,0	2014
FINAME	3.625	5.922	TJLP (iv)	+2,8	2011 a 2013
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (g)	1.744	2.171	R\$	+14,8	2011 a 2014
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (g)	339	3.374	CDI	+1,8	2011
Empréstimo de capital de giro - RPR	-	23.765			
Outros	-	634			
Subtotal	<u>4.649.070</u>	<u>4.629.941</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>62.741</u>	<u>54.372</u>			
Total	<u>5.426.964</u>	<u>5.396.033</u>			
Circulante	<u>1.388.563</u>	<u>820.484</u>			
Não circulante	<u>4.038.401</u>	<u>4.575.549</u>			

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) Bs = bolívar forte venezuelano.
- (iv) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 30 de junho de 2011, a TJLP estava fixada em 6% a.a.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), fundo que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste. Em 30 de junho de 2011, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2011	31/12/2010
De 1 a 2 anos	2.213.452	2.197.838
De 2 a 3 anos	800.911	1.024.879
De 3 a 4 anos	453.848	440.504
De 4 a 5 anos	473.320	824.695
Mais de 5 anos	<u>96.869</u>	<u>87.633</u>
	<u>4.038.400</u>	<u>4.575.549</u>

Conforme IAS 39, os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.h).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 20).

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,25% a.a., pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em junho de 2006. O preço da emissão foi de 98,75% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,429% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela Oxiteno S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, anteriormente mencionadas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis à Sociedade quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração para transações com controlador direto ou indireto da Sociedade, ou controlada deste, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com controladas e entre controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e controladas.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamento externo

Em junho de 2011, a controlada Oxiteno Overseas renegociou empréstimo sindicalizado contratado em junho de 2005 e renovado em junho de 2008 no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,00% a.a. A Sociedade contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 20). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão do financiamento externo, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente existem as seguintes restrições impostas à Sociedade:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 98,75% do CDI em média (vide nota explicativa nº 20). A controlada IPP designa os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Debêntures

- Em dezembro de 2009, a Sociedade concluiu a revisão de certos termos e condições de sua terceira emissão de debêntures, em série única de 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. Com isso, a remuneração das debêntures foi reduzida para 108,5% do CDI e sua data de vencimento foi estendida para 4 de dezembro de 2012. Em abril de 2011, a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 200 debêntures. As debêntures possuem pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- Em novembro de 2010, a RPR efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 50 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia flutuante, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	30 de novembro de 2014
Pagamento do valor nominal:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Remuneração:	118,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Repactuação:	Não haverá repactuação

A RPR recebeu os recursos oriundos desta emissão em janeiro de 2011. A Sociedade consolidou a parte proporcional à sua participação na RPR.

g. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

Em abril de 2011, a controlada Cia. Ultragas contratou um arrendamento mercantil financeiro relativo a locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

As controladas IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro principalmente relacionados a equipamentos para distribuição de combustíveis tais como tanques, bombas, compressores de GNV, equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas IPP e Serma têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la. Não há quaisquer restrições impostas nestes acordos.

Os valores do imobilizado, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão abaixo demonstrados:

	30/06/2011			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado e intangível líquidos de depreciação	42.165	19.862	2.131	872
Financiamento (valor presente)	<u>42.965</u>	<u>339</u>	<u>1.267</u>	<u>477</u>
Circulante	<u>1.386</u>	<u>339</u>	<u>602</u>	<u>262</u>
Não circulante	<u>41.579</u>	=	<u>665</u>	<u>215</u>
	31/12/2010			
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática		Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado líquido de depreciação	20.731	1.973		848
Financiamento (valor presente)	<u>3.374</u>	<u>1.568</u>		<u>603</u>
Circulante	<u>3.374</u>	<u>618</u>		<u>265</u>
Não circulante	<u>—</u>	<u>950</u>		<u>338</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

30/06/2011				
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.540	351	725	376
De 1 a 2 anos	3.540	-	534	285
De 2 a 3 anos	3.540	-	197	-
De 3 a 4 anos	3.540	-	-	-
De 4 a 5 anos	3.540	-	-	-
Mais de 5 anos	<u>52.510</u>	=	=	=
	<u>70.210</u>	<u>351</u>	<u>1.457</u>	<u>661</u>

31/12/2010			
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.565	780	366
De 1 a 2 anos	-	629	366
De 2 a 3 anos	-	<u>440</u>	<u>102</u>
	<u>3.565</u>	<u>1.849</u>	<u>834</u>

As contraprestações acima incluem os valores de ISS (exceto desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP) a serem pagos nas contraprestações mensais e serão atualizadas pelo CDI ou IGP-M até as datas dos respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (%a.a.)	Saldo em 31/12/2010	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2011
Banco do Brasil (e)	0,7%	24.545	4.353	(3.266)	25.632
Debêntures (f)	0,6%	13.851	-	(4.925)	8.926
Notas no mercado externo (b)	0,2%	4.105	-	(644)	3.461
Outros	0,4%	758	508	(402)	864
Total		<u>43.259</u>	<u>4.861</u>	<u>(9.237)</u>	<u>38.883</u>

O montante a apropriar ao resultado no futuro tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
Banco do Brasil (e)	12.255	7.761	4.089	1.527	-	25.632
Debêntures (f)	6.023	2.903	-	-	-	8.926
Notas no mercado externo (b)	769	769	769	769	385	3.461
Outros	229	276	331	28	-	864
Total	<u>19.276</u>	<u>11.709</u>	<u>5.189</u>	<u>2.324</u>	<u>385</u>	<u>38.883</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 86.021 em 30 de junho de 2011 (R\$ 83.749 em 31 de dezembro de 2010) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 1.837.446 em 30 de junho de 2011 (R\$ 2.006.064 em 31 de dezembro de 2010).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças bancárias de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 89.226 em 30 de junho de 2011 (R\$ 141.081 em 31 de dezembro de 2010).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “vendedor”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 6.171 em 30 de junho de 2011 (R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2010), com vencimentos de até 211 dias. Até 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido no passivo circulante é de R\$ 148 em 30 de junho de 2011 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2010), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 30 de junho de 2011 não havia casos de inadimplência em relação a dívidas da Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Fornecedores (Consolidado)

	30/06/2011	31/12/2010
Fornecedores nacionais	748.220	901.272
Fornecedores estrangeiros	38.768	39.905
	<hr/>	<hr/>
	<u>786.988</u>	<u>941.177</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e eteno da Braskem (vide nota explicativa nº 8.a). Esses dois fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade. A Sociedade acredita que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de combustíveis de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.k).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	63.891
Adições (novos tanques)	1.044
Gastos com tanques retirados	(1.235)
Despesa com atualização	2.776
Saldo em 30 de junho de 2011	<hr/> <u>66.476</u>
Curto prazo	4.460
Longo prazo	62.016

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2011	31/12/2010
Taxa inicial de franquia am/pm	9.403	8.346
Programa de fidelidade Km de Vantagens	14.886	11.547
Outros	319	591
	<u>24.608</u>	<u>20.484</u>
Curto prazo	18.127	14.572
Longo prazo	6.481	5.912

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos de combustíveis Ipiranga. O cliente pode trocar os pontos por descontos em produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Ipiranga. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga na aquisição de produtos na rede de postos e passíveis de utilização no Multiplus Fidelidade são considerados como parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os encargos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada com a rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”) e de Nova Iorque (“NYSE”), cujo capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações sem valor nominal, sendo 197.719.588 ordinárias e 346.664.408 preferenciais.

Em 30 de junho de 2011 estavam em circulação no exterior 55.487.231 ações preferenciais na forma de “American Depositary Receipts - ADRs”.

As ações preferenciais, não conversíveis em ordinárias, não possuem direito a voto e detêm a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na liquidação da Sociedade.

No início de 2000, a Sociedade concedeu, através de acordo de acionistas, o direito de “*Tag Along*”, que assegura aos acionistas não controladores da Sociedade condições idênticas às negociadas pelos acionistas controladores em caso de alienação do controle acionário da Sociedade. Em 2004, este direito passou a constar no Estatuto da Sociedade.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até que este atinja R\$ 4.500.000, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar a proporção existente, observado o limite de 2/3 de ações preferenciais do total das ações emitidas.

A partir de 17 de agosto de 2011, cada ação preferencial de emissão da Sociedade será convertida em uma ação ordinária e o estatuto social passará a vigorar com a redação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2011 (vide nota explicativa nº 29).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2011, não houve recompra de ações.

Em 30 de junho de 2011, as informações trimestrais da Sociedade totalizam em tesouraria 8.295.088 ações preferenciais e 26.468 ações ordinárias, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,45 e R\$ 4,83 por ação, respectivamente.

O preço das ações preferenciais de emissão da Sociedade em 30 de junho de 2011 na BM&FBovespa era de R\$ 27,65.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 11,88 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários das provisões constituídas por essas controladas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajuste de avaliação patrimonial (i) as diferenças entre o valor justo e o custo corrigido das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros e (ii) o efeito da variação cambial nos derivativos designados como proteção cambial pela RPR utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro. Em todos os casos, os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

h. Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembléia de acionistas ou pagamento. Os dividendos do exercício de 2010 foram pagos em 17 de março de 2011.

19 Informações sobre segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e logística. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição de combustíveis claros, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus derivados, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de logística (Ultracargo) opera armazenagem, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita líquida:		
Ultragaz	1.811.893	1.763.995
Ipiranga	19.935.338	17.408.368
Oxiteno	1.122.309	1.020.840
Ultracargo	129.861	168.892
Outros (1)	75.840	180.992
Vendas entre segmentos	(81.676)	(227.109)
Total	<u>22.993.565</u>	<u>20.315.978</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	745	1.199
Ipiranga	5.511	18.534
Oxiteno	-	-
Ultracargo	13.563	45.339
Outros (1)	61.857	162.037
Total	<u>81.676</u>	<u>227.109</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.811.148	1.762.796
Ipiranga	19.929.827	17.389.834
Oxiteno	1.122.309	1.020.840
Ultracargo	116.298	123.553
Outros (1)	13.983	18.955
Total	<u>22.993.565</u>	<u>20.315.978</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	94.731	92.689
Ipiranga	449.981	365.834
Oxiteno	103.461	59.823
Ultracargo	44.712	42.506
Outros (1)	4.998	22.280
Total	<u>697.883</u>	<u>583.132</u>
Receitas financeiras	165.354	100.951
Despesas financeiras	(301.859)	(239.959)
Equivalência patrimonial de coligadas	(49)	(138)
Lucro antes dos impostos	<u>561.329</u>	<u>443.986</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	160.328	83.006
Ipiranga	262.959	182.010
Oxiteno	47.147	146.775
Ultracargo	38.108	21.736
Outros (1)	10.513	6.668
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	519.055	440.195
Arrendamento mercantil financeiro	(43.009)	-
Provisão para retirada de tanques	(1.044)	(899)
Juros capitalizados	(1.555)	(462)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>473.447</u>	<u>438.834</u>

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Encargos de depreciação e amortização:		
Ultragaz	56.040	60.675
Ipiranga	151.486	131.376
Oxiteno	51.355	49.441
Ultracargo	14.214	15.076
Outros (1)	5.125	4.689
Total	<u>278.220</u>	<u>261.257</u>

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativos totais:		
Ultragaz	1.734.613	1.638.815
Ipiranga	6.194.664	6.376.269
Oxiteno	3.392.353	3.095.714
Ultracargo	1.029.357	997.438
Outros (1)	722.797	881.607
Total	<u>13.073.784</u>	<u>12.989.843</u>

(1) A linha “Outros” é formada principalmente pela controladora Ultrapar e pela participação na RPR.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos de vida longa estão localizados no Brasil, exceto os ativos de vida longa localizados no México, no montante de R\$ 25.911 em 30 de junho de 2011 (R\$ 26.460 em 31 de dezembro de 2010) e na Venezuela no montante de R\$ 9.210 em 30 de junho de 2011 (R\$ 8.078 em 31 de dezembro de 2010).

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	30/06/2011	30/06/2010
Receita líquida das vendas:		
Brasil	22.638.951	20.017.290
América Latina, exceto Brasil e México	190.153	145.461
América do Norte	107.115	97.005
Extremo Oriente	21.079	20.115
Europa	25.018	26.767
Outros	11.249	9.340
Total	<u>22.993.565</u>	<u>20.315.978</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela Diretoria Financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras existente há mais de 10 anos e composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da Diretoria Financeira.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	30/06/2011	31/12/2010
Ativos em moeda estrangeira		
Ativos financeiros em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	195,4	211,0
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	133,4	123,6
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros, líquidos de contas a pagar decorrentes de importação	9,0	11,3
Investimentos em controladas no exterior	80,0	72,6
	<u>417,8</u>	<u>418,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	<u>(715,2)</u>	<u>(710,2)</u>
	<u>(715,2)</u>	<u>(710,2)</u>
Instrumentos de proteção cambial	<u>118,2</u>	<u>122,7</u>
Posição líquida passiva	(179,2)	(169,0)
Posição líquida ativa (passiva) – RPR ¹	<u>(3,6)</u>	<u>13,6</u>
Posição líquida passiva – Total	(182,8)	(155,4)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

¹ Montante destacado pela magnitude e pela RPR possuir gestão financeira independente da Sociedade. A posição líquida ativa em 30 de junho de 2011 da RPR reflete o montante de R\$ 3,6 milhões de fornecedores em moeda estrangeira.

Com base na posição de R\$ 179,2 milhões passiva em moeda estrangeira, apresentada na tabela acima, estimamos que uma desvalorização de 10% do Real produziria efeito total de R\$ 17,9 milhões, dos quais R\$ 25,1 milhões de perda reconhecida no resultado e R\$ 7,2 milhões de ganho reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão, em função principalmente das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior. Com base na mesma posição, estimamos que uma valorização de 10% do Real produziria um efeito total de R\$ 17,9 milhões, dos quais R\$ 25,1 milhões de ganho reconhecido no resultado e R\$ 7,2 milhões de perda reconhecida diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão (vide nota explicativa nº 2.o).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao CDI, conforme apontado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixado para taxa flutuante.

Riscos de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito de governos - A Sociedade e suas controladas possuem aplicações financeiras em títulos públicos federais, limitados aos do governo brasileiro e de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. Em 30 de junho de 2011, a Ipiranga manteve R\$ 106.690 (R\$ 101.275 em 31 de dezembro de 2010), a Ultragaz manteve R\$ 12.854 (R\$ 16.613 em 31 de dezembro de 2010), a Oxiteno manteve R\$ 1.381 (R\$ 1.429 em 31 de dezembro de 2010) e a Ultracargo manteve R\$ 645 (R\$ 615 em 31 de dezembro de 2010) de provisão para perda potencial em suas contas e seus ativos a receber.

Riscos de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses totaliza R\$ 1.389 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2011 totaliza R\$ 1.044 milhões. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 2.729 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto e longo prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e nº 14).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos ou com chamada de margem não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo		Valores a pagar ou a receber no período (30/06/2011)	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	Valor a receber	Valor a pagar
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos	Bradesco,							
Passivo em taxa de juros CDI	Citibank,	jul/2011 a	US\$ 194,4	US\$ 165,8	297,8	271,0	297,8	-
Resultado acumulado	Deutsche, HSBC, Itaú, Santander	dez/2015	US\$ (194,4)	US\$ (165,8)	(359,0)	(320,0)	-	359,0
			-	-	(61,2)	(49,0)	297,8	359,0
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco,	jul/2011 a	US\$ 115,3	US\$ 89,2	188,2	153,0	188,2	-
Passivo em dólares norte-americanos	Deutsche, Itaú, Santander	out/2011	US\$ (115,3)	US\$ (89,2)	(179,6)	(146,7)	-	179,6
Resultado acumulado			-	-	8,6	6,3	188,2	179,6
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré fixada		fev/2012 a	R\$ 1.809,5	R\$ 1.809,5	2.041,6	1.947,9	2.041,6	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil	mai/2015	R\$ (1.809,5)	R\$ (1.809,5)	(2.036,8)	(1.931,5)	-	2.036,8
Resultado acumulado			-	-	4,8	16,4	2.041,6	2.036,8
d – Swap de juros em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros libor em dólares norte-americanos				US\$ 60,0		98,6		
Passivo em taxa de juros fixa em dólares norte-americanos				US\$ (60,0)		(100,2)		
Resultado acumulado				-		(1,6)		
e – NDFs (non-deliverable forwards) - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos				US\$ 10,3		16,6		
Passivo em taxa de juros fixa				US\$ (10,3)		(18,1)		
Resultado acumulado				-		(1,5)		
f – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos				US\$ 0,9		1,6		
Passivo em taxa de juros CDI				US\$ (0,9)		(1,7)		
Resultado acumulado				-		(0,1)		
Resultado acumulado total bruto					(47,8)	(29,5)	2.527,5	2.575,4
Imposto de renda					(6,0)	(5,1)	(6,0)	-
Resultado acumulado total líquido					(53,8)	(34,6)	2.521,5	2.575,4
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					8,9	19,8		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(62,7)	(54,4)		

1 Em milhões. Moeda conforme indicado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A., exceto o swap de taxa de juros em dólares norte-americanos (contrato de balcão regido pelo ISDA - International Swap Dealers Association, Inc. assinado com a contraparte Banco Itaú BBA S.A. – Nassau Branch).

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2011, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 194,4 milhões de principal dos quais (i) US\$ 134,4 milhões, na média, tinham posição ativa a US\$ + 5,13% a.a. e posição passiva a 121,00% do CDI e (ii) US\$ 60 milhões tinham posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0% a.a. e posição passiva a 86,90% do CDI.

Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2011, estes contratos de swap totalizavam US\$ 115,3 milhões e na média tinham uma posição ativa a 64,62% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de junho de 2011 estes contratos de swap totalizavam R\$ 1.809,5 milhões e, na média, tinham uma posição ativa em 11,81% a.a. e passiva a 98,75% do CDI.

Proteção à taxa de juros flutuante em moeda estrangeira - O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros do empréstimo sindicalizado com principal de US\$ 60 milhões de flutuante para fixa. Em 30 de junho de 2011, este contrato já havia sido liquidado.

Proteção à exposição cambial de compromisso firme em moeda estrangeira (RPR) – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial incidente sobre importação de petróleo denominada em dólares norte-americanos. Em 30 de junho de 2011, a controlada RPR não possuía mais contratos de NDF (non-deliverable forwards).

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira (RPR) – O objetivo destes contratos é compensar o efeito de variação cambial de uma dívida em dólares norte-americanos da controlada RPR, transformando-a em uma dívida em Reais indexada ao CDI. Em 30 de junho de 2011, estes contratos já haviam sido liquidados.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de fluxo de caixa alguns instrumentos de proteção dos fluxos de caixa futuros. Esses instrumentos de proteção visam proteger os fluxos de caixa (i) do risco da flutuação da Libor sobre empréstimos contratados e (ii) do risco de variação cambial da controlada RPR sobre importação futura de petróleo denominada em dólares norte-americanos. Em 30 de junho de 2011 esses instrumentos de proteção já haviam sido liquidados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

No caso dos derivativos designados para hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros, a diferença entre o valor justo do instrumento financeiro e o seu custo corrigido é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, não afetando a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

No caso dos derivativos cambiais designados pela controlada RPR para proteção do fluxo de caixa futuro, o efeito da variação cambial no derivativo é lançado na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até o momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultados. A diferença entre o valor justo do derivativo e o custo corrigido é reconhecida diretamente no resultado da controlada.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Em 30 de junho de 2011, esses instrumentos de proteção totalizavam R\$ 1.809,5 milhões. A Sociedade e suas controladas reconheceram um ganho de R\$ 5,6 milhões no primeiro semestre de 2011, sendo R\$ (11,6) milhões referentes ao resultado dos instrumentos de proteção e R\$ 17,2 milhões referentes ao ajuste de valor justo da dívida.

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	30 de junho de 2011	
	Consolidado	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(12,5)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	16,9	-
c - Swaps de juros em Reais	5,6	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(1,4)	1,5
e - NDFs (non-deliverable forwards) - RPR	(0,9)	0,9
f - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR	0,0	-
Total	7,7	2,4

	30 de junho de 2010	
	Consolidado	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(5,3)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(1,4)	-
c - Swaps de juros em Reais	7,0	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(1,7)	0,9
e - NDFs (non-deliverable forwards) - RPR	1,3	(0,9)
Total	(0,1)	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela acima não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto do hedge (dívida) e considera o efeito da designação dos instrumentos de proteção de juros em Reais.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados a seguir:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	75.164	75.164	72.793	72.793
Aplicações financeiras	2.645.242	2.645.242	3.127.806	3.127.806
Instrumentos de proteção cambial e de juros	8.888	8.888	19.778	19.778
	2.729.294	2.729.294	3.220.377	3.220.377
Passivos financeiros:				
Financiamentos	4.241.432	4.293.018	4.140.000	4.188.937
Debêntures	1.077.743	1.074.639	1.196.116	1.182.380
Arrendamento mercantil financeiro	45.048	45.048	5.545	5.545
Instrumentos de proteção cambial e de juros	62.741	62.741	54.372	54.372
	5.426.964	5.475.446	5.396.033	5.431.234

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4), (iii) financiamento do Banco do Brasil que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14.e), (iv) contas a receber de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 14.i) e financiamentos de clientes da Ipiranga (vide nota explicativa nº 5), que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, os instrumentos financeiros contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e fornecedores estão substancialmente classificados como empréstimos e recebíveis.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Valor justo em 30 de junho de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	75.164	75.164	-	-
Aplicações financeiras	2.645.242	2.478.748	166.493	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>8.888</u>	<u>-</u>	<u>8.888</u>	<u>-</u>
	<u>2.729.294</u>	<u>2.553.912</u>	<u>175.381</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:				
Banco do Brasil pré-fixado	2.013.822	-	2.013.822	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>62.741</u>	<u>-</u>	<u>62.741</u>	<u>-</u>
	<u>2.076.563</u>	<u>-</u>	<u>2.076.563</u>	<u>-</u>
	Valor justo em 31 de dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	72.793	72.793	-	-
Aplicações financeiras	3.127.806	2.946.279	181.527	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>19.778</u>	<u>-</u>	<u>19.778</u>	<u>-</u>
	<u>3.220.377</u>	<u>3.019.072</u>	<u>201.305</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:				
Banco do Brasil	1.916.257	-	1.916.257	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>54.372</u>	<u>-</u>	<u>54.372</u>	<u>-</u>
	<u>1.970.629</u>	<u>-</u>	<u>1.970.629</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBovespa em 30 de junho de 2011. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,18 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2011, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2011 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólar			
(1) Swaps dólar norte-americano/ Real	74.221	168.837	263.454
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	(74.223)	(168.864)	(263.505)
(1) + (2)	(2)	(27)	(51)
Swaps cambiais passivos em dólar			
(3) Swaps Real / dólar norte-americano	(1.269)	(46.585)	(91.900)
(4) Margem bruta da Oxiteno	1.269	46.585	91.900
(3) + (4)	-	-	-

A Sociedade possui instrumento de proteção cambial ativo a US\$ + LIBOR. A análise de sensibilidade deste instrumento de proteção à taxa de câmbio Real/dólar encontra-se na tabela acima. Para a análise de sensibilidade deste instrumento de proteção à taxa de juros em dólar, a Sociedade utilizou a curva futura da LIBOR (BBA – British Bankers Association) em 30 de junho de 2011 para o vencimento do swap e da dívida (objeto de proteção), que ocorre em 2014, para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa da LIBOR provável.

Com base nos três cenários de taxa de juros em dólar (LIBOR), a administração estimou os valores de sua dívida e do instrumento de proteção através de cálculo dos fluxos de caixa futuros de acordo com os cenários projetados, trazendo-os a valor presente pela taxa vigente em 30 de junho de 2011. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em dólar)			
(1) Swap LIBOR - taxa fixa	3	283	563
(2) Dívida LIBOR	(3)	(283)	(563)
(1) + (2)	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBovespa em 30 de junho de 2011 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Alta da taxa pré-	-	(110.768)	(211.255)
(2) Dívida a taxa fixa	fixada	-	110.785	211.293
(1) + (2)	Efeito Líquido	-	17	38

21 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Processos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 207.382 em 30 de junho de 2011 (R\$ 185.398 em 31 de dezembro de 2010) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

As controladas Cia. Ultragaz, Utingás Armazenadora S.A. (“Utingás”), Tequimar e Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) possuem medidas judiciais com pedido de liminar pleiteando o aproveitamento integral e imediato da correção complementar Índice de Preços ao Consumidor - IPC/Bônus do Tesouro Nacional – BTN, verificada em 1990 (Lei 8.200/91); as controladas Cia. Ultragaz, Utingás e Tequimar optaram por incluir as contingências relacionadas aos seus processos na anistia da Lei nº 11.941/09 e as reclassificaram contabilmente para a rubrica de contas a pagar no exercício anterior. A Ultracargo Participações mantém provisão de R\$ 1.018 em 30 de junho de 2011 (R\$ 980 em 31 de dezembro de 2010), para fazer face a possível contingência caso venha a perder tal ação.

A Sociedade e algumas de suas controladas possuem medidas judiciais com pedido de liminar visando não se submeterem à legislação que restringiu a compensação dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases negativas (CSLL) apurados até 31 de dezembro de 1994 a 30% do lucro do exercício. Em decorrência do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essa contingência no valor de R\$ 6.592 em 30 de junho de 2011 (R\$ 6.481 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso extraordinário apresentado encontra-se sobrestado até o julgamento do *leading case* pelo STF. Amparada por decisão proferida em Medida Cautelar vinculada aos autos da ação principal, a controlada efetuou depósitos judiciais dos valores questionados e mantém provisão para essa contingência no valor de R\$ 13.278 em 30 de junho de 2011 (R\$ 12.934 em 31 de dezembro de 2010).

As controladas Oxiteno Nordeste e Oxiteno S.A. possuem Mandados de Segurança visando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da CSLL. A Oxiteno Nordeste obteve liminar, confirmada por sentença, e depositou judicialmente os valores em discussão, bem como provisionou a correspondente contingência, no montante de R\$ 1.028 em 30 de junho de 2011 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2010); a controlada Oxiteno S.A. aguarda julgamento do recurso extraordinário interposto contra acórdão que negou o pedido, e continua pagando a CSLL normalmente. Embora em agosto de 2010 o STF tenha se posicionado contrário à tese, em julgamento de *leading case* sobre o tema, essa decisão tem validade apenas entre as partes, não afetando diretamente as ações das controladas.

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, RPR, Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”), Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 65.873 em 30 de junho de 2011 (R\$ 57.302 em 31 de dezembro de 2010); as demais controladas não obtiveram liminares e aguardam julgamento das ações nos Tribunais Regionais Federais competentes.

A Sociedade e suas controladas obtiveram medidas liminares para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 35.708, já deduzidos os honorários advocatícios.

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para PIS e COFINS incidentes sobre créditos de juros sobre capital próprio. O valor total provisionado é de R\$ 19.856 em 30 de junho de 2011 (R\$ 19.216 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões para contingências relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) apropriação do crédito relativo à diferença entre o valor que serviu de base para a retenção do imposto e o valor efetivamente praticado na venda a consumidor final, implicando em excesso de retenção do ICMS pelas refinarias, R\$ 10.469; (b) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 29.115; (c) autuações por aproveitamento de crédito presumido decorrente de operações de transferências interestaduais de Alcool Etílico Hidratado Carburante (AEHC), uma vez que, segundo o entendimento da fiscalização estadual, o crédito presumido só era permitido quando proveniente de operações de aquisição realizadas diretamente com terceiros, R\$ 6.867; (d) exigência de ICMS-ST das distribuidoras sobre as vendas interestaduais para consumidor final, em razão de não haver a retenção sob a vigência dos Convênios ICMS 105/92 e 112/93, R\$ 5.012; (e) honorários advocatícios relativos a ações de Embargos à Execução, que foram objeto de adesão em anistia fiscal no Estado de MG, uma vez que no momento da efetivação da adesão já haviam sido fixados honorários em desfavor da empresa, R\$ 9.556; (f) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 15.116.

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS em razão das entradas de álcool hidratado se darem por valores superiores às saídas, em virtude do repasse de parcela do subsídio financeiro dos usineiros (FUPA) efetuado pelas distribuidoras quando de aquisições, posteriormente ressarcido pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 89.454; (b) crédito indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende erroneamente que não houve comprovação de sua origem, R\$ 17.029; (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 23.189; (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 25.719; (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 13.982; (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que a reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 20.805; (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 16.565; (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente R\$ 19.754 e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de AEHC supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 23.729.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de IPI apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado para 30 de junho de 2011 é de R\$ 62.277 (R\$ 60.053 em 31 de dezembro de 2010). A controlada também possui ações judiciais visando à garantia de compensação de valores de PIS pagos a maior antes da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 2.445/88 e 2.449/88, sendo que a controlada resolveu incluir parte desses processos na anistia da Lei 11.941/09, registrando o correspondente contas a pagar no montante de R\$ 30.752.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. No segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual da controlada Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 30 de junho de 2011.

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

A controlada Cia. Ultragaz é ré em processos judiciais relativos a perdas e danos causados por explosão, em 1996, em um shopping center localizado na cidade de Osasco - SP. Tais processos envolvem: (i) processos individuais movidos por vítimas da explosão pleiteando ressarcimento por perda de benefício econômico e danos morais; (ii) solicitação de ressarcimento de despesas da administradora do shopping center e sua seguradora; e (iii) ação coletiva pleiteando indenização de danos materiais e morais de todas as vítimas lesionadas e falecidas. A controlada acredita ter produzido provas de que os dutos de gás defeituosos do shopping center causaram o acidente e que as instalações de armazenamento de GLP da Ultragaz no local não contribuíram para a explosão. Das 64 ações julgadas até o momento, 63 lhe foram favoráveis, e destas, 39 já estão arquivadas; apenas 1 foi desfavorável e a controlada foi condenada em R\$ 17, restando apenas 1 ação ainda não julgada. A Sociedade não registrou provisão para esses processos, pois considera a probabilidade de realização dessa contingência como sendo, essencialmente, remota, além de possuir cobertura de seguro para a totalidade do valor ainda em discussão judicial.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 93.225 em 30 de junho de 2011 (R\$ 91.644 em 31 de dezembro de 2010), e também mantêm provisão de R\$ 24.841 em 30 de junho de 2011 (R\$ 23.259 em 31 de dezembro de 2010) para fazer face a contingências de cunho trabalhista.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

As movimentações das provisões são assim apresentadas:

Provisões	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2011
IRPJ e CSLL	194.714	26.417	(221)	8.029	228.939
PIS e COFINS	79.963	6.036	(864)	3.259	88.394
ICMS	104.069	540	(2.370)	5.430	107.669
INSS	15.136	-	(992)	700	14.844
Cíveis	91.644	10	(166)	1.737	93.225
Trabalhistas	23.259	998	(570)	1.154	24.841
Outros	1.346	63	-	49	1.458
Total	510.131	34.064	(5.183)	20.358	559.370

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais no montante de R\$ 282.248 em 30 de junho de 2011 e R\$ 252.009 em 31 de dezembro de 2010.

A Sociedade e suas controladas decidiram incluir na anistia instituída pela Lei 11.941/09 alguns de seus débitos perante a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social com os benefícios de redução de multa, juros e encargos legais ali previstos. Os respectivos valores foram registrados como imposto de renda e contribuição social a pagar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2.016
Aratu	900.000	2.022
Suape	250.000	2.027
Suape	400.000	2.029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2011, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. O compromisso mínimo de compra e a demanda real acumulada até 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra encontra-se em renegociação com a Braskem.

	Compromisso de compra mínima (acumulado 30 de junho)		Demanda acumulada até 30 de junho (real)	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Em toneladas de eteno	<u>83.789 (*)</u>	<u>87.921 (*)</u>	<u>84.041</u>	<u>94.411</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem durante o período.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Quattor Participações S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro adequadas, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as bases e demais filiais de todas as controladas, exceto RPR, que contrata seu próprio seguro. O valor máximo indenizável, incluindo lucros cessantes, com base na análise de risco da máxima perda possível em um determinado local é de US\$ 1.307 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São contratados, também, seguros nas modalidades de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais, Saúde, Transportes Nacionais e Internacionais e Riscos Diversos.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações trimestrais, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática.

Esses contratos têm prazos de 36 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo à data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	30/06/2011	31/12/2010
Até 1 ano	1.220	752
Mais de 1 ano	<u>1.676</u>	<u>400</u>
	<u>2.896</u>	<u>1.152</u>

O total de arrendamento mercantil operacional reconhecido como despesa do período foi R\$ 457 (R\$ 310 em 30 de junho de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

A Sociedade e suas controladas oferecem um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida a seus empregados, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar. Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, que varia entre 0% e 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber mensalmente: (i) um percentual, que varia entre 0,5% e 1,0%, sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 7.063 (R\$ 6.414 em 30 de junho de 2010) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2011 atingiu 7.309 participantes ativos e 54 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

O passivo líquido relativo a tais benefícios registrado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 104.501 (R\$ 104.501 em 31 de dezembro de 2010), sendo que R\$ 12.060 (R\$ 11.339 em 31 de dezembro de 2010) estão contabilizados no passivo circulante e R\$ 92.441 (R\$ 93.162 em 31 de dezembro de 2010) no passivo não circulante.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas informações trimestrais de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Receita bruta (Consolidado)

	30/06/2011	30/06/2010
Receita de vendas bruta – fiscal	23.535.210	20.918.049
Receita de serviços prestados bruta – fiscal	202.577	210.725
Impostos sobre vendas	(646.218)	(726.185)
Devoluções e abatimentos	(93.463)	(85.232)
Outras deduções	(4.541)	(1.379)
	<u>22.993.565</u>	<u>20.315.978</u>
Receita contábil líquida	<u>22.993.565</u>	<u>20.315.978</u>

As outras deduções demonstradas na tabela acima, referem-se ao diferimento de receita requerido pelo IFRS (vide notas explicativas nº 14.i e 17).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/06/2011	30/06/2010
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	20.870.503	18.434.090
Fretes e armazenagens	372.127	300.712
Depreciação e amortização	278.220	261.257
Gastos com pessoal	543.128	516.060
Propaganda e marketing	67.275	63.194
Serviços prestados por terceiros	68.317	58.237
Aluguel de imóveis e equipamentos	28.896	28.254
Outras despesas	94.410	78.380
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>22.322.876</u>	<u>19.740.184</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos	21.315.639	18.811.306
Despesas com vendas e comerciais	625.025	566.611
Despesas gerais e administrativas	382.212	362.267
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>22.322.876</u>	<u>19.740.184</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 30 de junho de 2011 o resultado foi de R\$ 6.093 (receita) (despesa de R\$ 1.774 em 30 de junho de 2010) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	78.853	57.204	140.853	76.713
Juros de clientes	-	-	22.763	21.862
Outras receitas	-	-	1.738	2.376
	<u>78.853</u>	<u>57.204</u>	<u>165.354</u>	<u>100.951</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(194.053)	(132.498)
Juros sobre debêntures	(71.928)	(59.184)	(72.962)	(59.184)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(852)	(705)
Encargos bancários, IOF e outros impostos	2.766	2.252	(7.450)	(14.346)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(12.592)	(5.980)
Atualizações de provisões e outras despesas (*)	(95)	(86)	(13.950)	(27.246)
	<u>(69.257)</u>	<u>(57.018)</u>	<u>(301.859)</u>	<u>(239.959)</u>
Resultado financeiro	<u>9.596</u>	<u>186</u>	<u>(136.505)</u>	<u>(139.008)</u>

(*) Em 2010, inclui efeito referente à adesão da Sociedade e suas controladas à anistia instituída pela Lei 11.941/09 (ver nota explicativa nº 21.a).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Para o cálculo do lucro por ação de 2010 já considera o desdobramento de ações ocorrido em 2011. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade tem um plano de remuneração em ações. Para todos os períodos apresentados, o impacto desse plano de remuneração em ações no lucro por ação diluído era mínimo e conseqüentemente, a Sociedade não tem apresentado o cálculo separado do montante de lucro por ação diluído.

Controladora

Lucro básico e diluído por ação	30/06/2011	30/06/2010
Lucro líquido da Sociedade	<u>405.599</u>	<u>315.560</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>0,76</u>	<u>0,59</u>

Consolidado

Lucro básico e diluído por ação	30/06/2011	30/06/2010
Lucro líquido da Sociedade, atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>405.599</u>	<u>317.233</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>0,76</u>	<u>0,59</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	30/06/2011	30/06/2010
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	533.989	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.073</u>	<u>1.813</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído:	<u>536.062</u>	<u>535.802</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Conciliação entre o lucro líquido da controladora em Novo BR GAAP e IFRS

Lucro líquido da Sociedade, atribuível aos acionistas da Ultrapar	Período findo em 30 de junho de 2010
Lucro líquido de acordo com o Novo BR GAAP	315.560
Efeitos da aplicação do IFRS:	
Amortização e baixa de ativo diferido (vide nota explicativa nº 2)	2.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(862)
Total	1.673
Lucro líquido em IFRS	317.233

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Evento subsequente

Conforme fato relevante divulgado em 01 de agosto de 2011, a partir de 17 de agosto de 2011, cada ação preferencial da Sociedade será convertida em uma ação ordinária.

As ações ordinárias passarão a ser negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA e os ADRs lastreados em ações preferenciais passarão a ser lastreados em ações ordinárias e negociados na New York Stock Exchange neste novo formato.

A partir de 17 de agosto de 2011 também passa a vigorar a redação do estatuto social da Sociedade aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
CRC 1SP160482/O - 6